

CÂMARA MUNICIPAL CAB. GRANDE-MG
 PROTOCOLADO N.º VRO PRÓPRIO ÀS
 FOLHAS 221 SOB O N.º 8046
 ÀS 14:35 HORAS.
 CAB. GRANDE-MG 12/08/2019
 Assessor



PREFEITURA DE
CABECEIRA
GRANDE

ESTADO DE MINAS GERAIS



Câmara M. de Cab. Grande-MG
 DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
 (X) Recebido. (X) Número-se. (X) Publique-se.
 (X) Distribua-se às Comissões Competentes.
 Cab. Grande - MG, 12/08/2019
 Valdete Francisco de Santana
 PRESIDENTE

MENSAGEM N.º 19, DE 1º DE AGOSTO DE 2019.

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE – ESTADO DE MINAS GERAIS:

1. Cumprimentando-o cordialmente, submetemos ao abalizado exame dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei, que autoriza a destinação de recursos públicos, por meio de Auxílio-Financeiro sob a modalidade Subvenção Econômica, à empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP, e dá outras providências.
2. De plano, impende averbar que a matéria legislativa tem por intento perseguir a competente autorização legiferante para destinar recursos públicos, por meio de Auxílio-Financeiro, à empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em cumprimento ao disposto no inciso II do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação, pactuado nos autos do Processo Judicial n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, em trâmite na Segunda Vara Cível da Comarca de Unai (MG).
3. Como é sabido, os transatores Município de Cabeceira Grande, Engepar e a Associação dos Moradores e Proprietários nos Sítios do Lago – Ampla, entabularam, recentemente, importante Acordo Extrajudicial/Transação para pôr cabo a litígio constante da Ação Civil Pública n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, em tramitação na Segunda Vara Cível da Comarca de Unai, que tem como autor o Município de Cabeceira Grande, por meio de seu órgão jurídico, litisconsorte ativo a Ampla, e como Requerido a empresa Engepar, e a demais processos a ela conexos que foram aforados posteriormente (um tendo como Autor o Ministério Público e Requeridos a Engepar e o Município e o outro tendo como autores alguns moradores do Sítios do Lago e como Requerido o Município), e para a consecução dos objetivos e finalidades inerentes a esses feitos, mormente para a plena e efetiva implantação das infraestruturas básicas e legais no empreendimento denominado Sítios do Lago, situado no Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande (MG), especialmente o Sistema de Energia Elétrica, Iluminação Pública e Abastecimento de Água, com plena regularização do empreendimento que encontra-se, com essa situação de irregularidade na implantação das infraestruturas, desde o ano de 2002.

A Sua Excelência o Senhor
VEREADOR VALDETE FRANCISCO DE SANTANA (IRMÃO VALDETE)
 Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande
Cabeceira Grande (MG)

(Fls. 2 da Mensagem n.º 19, de 1/8/2019)

4. Pelo texto, a concessão do auxílio-financeiro destina-se a colaborar com as despesas mantidas pela empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP com cobertura de gastos com óleo diesel destinado ao funcionamento de geradores que, atualmente, distribuem energia elétrica no Loteamento Sítios do Lago, situado no Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande (MG), sendo que o termo inicial da concessão do auxílio-financeiro será o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de publicação da lei que derivar do presente projeto de lei, e o termo final será a data de conclusão da obra de implantação do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, pela empresa Engepar, no Loteamento Sítios do Lago, ou, ocorrendo essa conclusão em prazo posterior, o termo final será até 31 de dezembro de 2020, devendo a empresa Engepar prestar contas da aplicação dos valores concernentes ao auxílio-financeiro em deslinde.

5. Merece relevo o anexo parecer do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, encartado nos Autos PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704, que foi favorável ao acordo extrajudicial sob enfoque, destacando-se que, embora muitas obrigações oneram os cofres públicos, as mesmas são positivas de todas as partes transadoras objetivando garantir a viabilidade e sobrevida do empreendimento, bem como significam uma franca tentativa de concretizar o interesse público primário (que é a regularização fundiária, a titulação e a qualidade de vida dos moradores do empreendimento), não havendo, consoante o parecer ministerial, ilicitude nas cláusulas do ajuste. Na verdade, o pacto em questão prestigia o Primado da Dignidade da Pessoa Humana.

6. Diante do elevado interesse público na concretização do acordo extrajudicial/transação em testilha, solicitamos que a tramitação do presente projeto de lei se dê em **Regime de Urgência**, na forma da Lei Orgânica e do regimento interno cameral.

7. A mensagem executiva e o projeto de lei por ele enviado estão instruídos pelo Documento 01: Cópia do acordo extrajudicial e documentos inerentes.

8. Ao cabo dessas breves manifestações, confiamos no apoio integral dos membros dessa Edilidade à aprovação da presente proposição substitutiva.

Atenciosamente,

(Fls. 3 da Mensagem n.º 19, de 1/8/2019)

ODILON DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais

PROJETO DE LEI N.º 021/2019

Autoriza a destinação de recursos públicos, por meio de Auxílio-Financeiro sob a modalidade Subvenção Econômica, à empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos públicos, por meio de Auxílio-Financeiro sob a modalidade Subvenção Econômica, à empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.630.274/0001-74, com sede na Praça/Rua Presidente Vargas n.º 89, Centro, em Unai (MG), CEP.: 38610-000, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em cumprimento ao disposto no inciso II do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação, pactuado nos autos do Processo Judicial n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, em trâmite na Segunda Vara Cível da Comarca de Unai (MG), não se aplicando, em razão da excepcionalidade, o disposto nos artigos 23, inciso VI, 52, § 4º, inciso VI e 60 da Lei Orgânica Municipal, no artigo 26 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Municipal n.º 292, de 30 de março de 2009 e no Decreto Municipal n.º 1.213, de 16 de abril de 2009.

§ 1º A concessão do auxílio-financeiro/subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo destina-se a colaborar com as despesas mantidas pela empresa Engepar Empreendimentos e Participações LTDA – EPP com cobertura de gastos com óleo diesel destinado ao funcionamento de geradores que, atualmente, distribuem energia elétrica no Loteamento Sítios do Lago, situado no Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande (MG).

§ 2º O termo inicial da concessão do auxílio-financeiro/subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo será o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de publicação desta Lei, e o termo final será a data de conclusão da obra de implantação do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, pela empresa Engepar, no Loteamento

Sítios do Lago, ou, ocorrendo essa conclusão em prazo posterior, o termo final será até 31 de dezembro de 2020, devendo a empresa Engepar prestar contas da aplicação dos valores concernentes ao auxílio-financeiro/subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo.

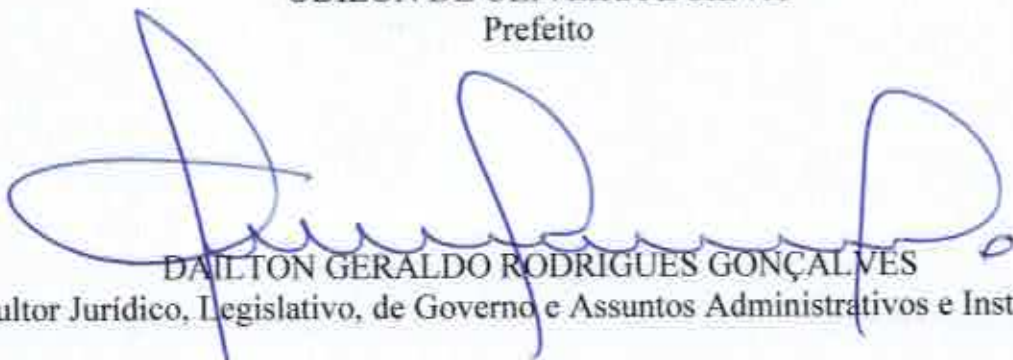
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão financiadas pelo Orçamento Geral do Município relativo ao exercício de 2019, sob a dotação orçamentária de código 02.01.01.04.122.0005.2001.3.3.90.45.00 (Subvenção Econômica – Ficha 639), suplementada se necessário, e nos orçamentos seguintes nas dotações correspondentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande, 1º de agosto de 2019; 23º da Instalação do Município.



ODILON DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito



DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais.



TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL/TRANSAÇÃO

**TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM
LADO, O MUNICÍPIO DE CABECEIRA
GRANDE E A ASSOCIAÇÃO DOS
MORADORES E PROPRIETÁRIOS NO
SÍTIOS DO LAGO – AMPLA E DE OUTRO
A EMPRESA ENGEPAR
EMPREENDEIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP.**

MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.603.707/0001-55, com sede administrativa situada na Praça São José s/n., Centro, em Cabeceira Grande (MG), por seu Representante Legal, o Prefeito **ODILON DE OLIVEIRA E SILVA**, brasileiro, viúvo, produtor rural, agente político, portador da Carteira de Identidade n.º 127.551, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º 034.923.036-68, residente e domiciliado na Fazenda Palmital, Município de Cabeceira Grande (MG), representado pelo Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais, equivalente a Procurador Geral do Município; **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS NO SÍTIOS DO LAGO – AMPLA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.781.642/0001-82, com sede na CH 204, Sítios do Lago II, Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande, representada por seu Presidente, **SEBASTIÃO EDMAR TORRES**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Carteira de Identidade n.º 1447351, expedida pela SSP/PB, inscrito no CPF sob o n.º 088.141.631-20, residente e domiciliado nos Sítios do Lago (n.º 247), Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande (MG) CEP.: 38625-000, e a empresa **ENGEPAR EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.630.274/0001-74, com sede na Praça/Rua Presidente Vargas n.º 89, Centro, em Unai (MG), CEP.: 38610-000, e o sócio proprietário Senhor **PAULO HENRIQUE LEPESQUEUR BROCHADO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade n.º 3563/D, inscrito no CPF sob o n.º 149.425.501-49, com o mesmo endereço acima citado, representados pela representante legal **MARNEIDE MATOS SILVA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.014.346, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF sob o n.º 410.611.281-72, com o mesmo endereço acima citado, considerando o mútuo interesse dos signatários, qualificados como transatores, em

Odilon de Oliveira e Silva
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais

(Fls. 2 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

obter composição e transação para por cabo ao litígio constante da Ação Civil Pública n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, em tramitação na Segunda Vara Cível da Comarca de Unaí, e aos processos a ela conexos, especialmente os Autos PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704 e 5000328-97.2018.8.13.0704, bem como aos recursos a tais processos vinculados em trâmite no juízo *ad quem* (TJMG), e para a consecução dos objetivos e finalidades inerentes a esses feitos,

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Acordo Extrajudicial, com natureza jurídica de Transação para todos os efeitos legais, inclusive previstos no Novo Código de Processo Civil, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, sem adentrar no mérito das teses jurídicas esposadas por quaisquer dos transatores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Parágrafo único. O presente Termo de Acordo Extrajudicial busca composição consensual e transação, na forma da lei, para por cabo a litígio constante da Ação Civil Pública n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, em tramitação na Segunda Vara Cível da Comarca de Unaí, e aos processos a ela conexos, especialmente os Autos PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704 e 5000328-97.2018.8.13.0704, bem como aos recursos a tais processos vinculados em trâmite no juízo *ad quem* (TJMG), e para a consecução dos objetivos e finalidades inerentes a esses feitos, mormente para a plena e efetiva implantação das infraestruturas básicas e legais no empreendimento denominado Sítios do Lago, situado no Distrito de Palmital de Minas, Município de Cabeceira Grande (MG).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES BÁSICAS

Parágrafo primeiro. A ENGEPAR se compromete e se obriga a executar e implantar, às suas expensas, as infraestruturas básicas e legais relevantes no empreendimento, de sua responsabilidade, denominado Sítios do Lago, notadamente na forma a seguir especificada, bem como a desincumbir-se das obrigações adiante perfilhadas:



Dalton Almeida Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legista do Governo e
Assessor Administrativo e Institucional
OAB/SP 116.713





(Fls. 3 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

I – execução e implantação da obra e serviços integrantes do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, Padrão CEMIG, composto pelos equipamentos próprios desse sistema, como transformadores, cabearios, posteamentos, e correlatos, a ser implementado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de aprovação do projeto elétrico ou congênere pela CEMIG, o qual deverá ser apresentado dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de protocolização da petição judicial vindicando a homologação do presente acordo;

II – manter o fornecimento de energia elétrica, no sistema atual (geradores/decisão liminar), ou por outro meio mais aprimorado e efetivo, bem como de abastecimento de água, até a efetiva implantação do sistema regular de energia elétrica e iluminação pública no parcelamento;

III – comprovar perante os transatores **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE e AMPLA** o cumprimento de todas as etapas acerca da implantação das infraestruturas, desde a protocolização do projeto na CEMIG até a efetiva conclusão das obras; e

IV – diligenciar-se no sentido de obter, tanto quanto possível, o Licenciamento Ambiental do empreendimento, notadamente junto à FEAM, porém devendo ser consideradas as situações fáticas e jurídicas já consumadas e consolidadas, com apresentação, se necessário, de Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD com recuperação de eventuais danos ambientais verificados no empreendimento.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, por seu turno, a título de colaboração para alcançar a transação, se compromete e se obriga, às suas expensas, a adquirir e fornecer os braços, lâmpadas, luminárias, reatores e relés, a serem empregados no Sistema de Iluminação Pública a ser devidamente implantado pela transatora **ENGEPAR**, e, ainda:

I – assumir, integralmente, após a implantação da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, pela transatora **ENGEPAR**, e seu efetivo funcionamento, o Sistema de Abastecimento de Água, cujos custos iniciais do investimento em tubulações, ramificações, reservatórios, tratamentos de água e serviços correlatos, são estimados em R\$ 100.000,00


Dalton Cordeiro Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
OAB/GO 412.115



(Fls. 4 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

(cem mil reais), a serem acobertados com recursos do transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, com ônus assumido a bem do presente acordo, entendido que, nesse caso, a transatora **ENGEPAR** se compromete e se obriga a doar formalmente ao **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, após a implantação e efetivo funcionamento da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, toda a estrutura para que a autarquia Serviço Autônomo de Saneamento de Cabeceira Grande – Sanecab, vinculada ao transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, assumia efetivamente a prestação do serviço público de abastecimento e tratamento da água; nesse caso, o morador do loteamento, no intervalo compreendido entre a requisição da ligação de água até a sua efetiva instalação deverá providenciar a aquisição, às suas expensas, do hidrômetro na forma da descrição do aparelho a ser promovida pelo Sanecab, conforme compromisso da transatora **AMPLA** no parágrafo 3º desta Cláusula;

II – a doar, mensalmente, auxílio-financeiro no valor fixo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante autorização legislativa, para colaborar com as despesas, mantidas pela transatora **ENGEPAR**, com cobertura de gastos com óleo diesel destinado ao funcionamento de geradores que, atualmente, distribuem energia elétrica no empreendimento Sítios do Lago, cujo auxílio terá como termo inicial o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de publicação da lei se aprovado o projeto pela Câmara Municipal de Cabeceira Grande, e termo final a data de conclusão da obra de implantação do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública ou, ocorrendo essa conclusão em prazo posterior, até 31 de dezembro de 2020, que representa o fim do mandato do Prefeito transator, devendo a transatora **ENGEPAR** prestar contas da aplicação dos valores concernentes ao auxílio-financeiro *suso* mencionado;

III – a encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de protocolização da petição judicial vindicando a homologação do presente acordo, Projeto de Lei à Câmara Municipal de Cabeceira Grande (MG), para anistiar/perdoar integralmente débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa (estimado em R\$ 250 mil reais), incidentes sobre imóveis de propriedade da **ENGEPAR** no empreendimento Sítios do Lago, relativamente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Coleta de Lixo – TCL, que passaram a ser devidos a partir das alterações encartadas na Lei Complementar n.º 35, de 15 de dezembro de 2016, cuja anistia perdurará, se aprovado e transformado em lei o projeto, até a implantação do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, passando a ser devido no exercício financeiro seguinte ao ano da precitada implantação, sendo certo que a anistia em questão constitui medida de apoio do Município a fim de que a transatora **ENGEPAR** obtenha economia, em seus dispêndios, e conte com participação financeira do transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA**

Guilherme Geraldo Rodrigues Gonçalves
Consulente Jurídico da Câmara de Vereadores e
Assessoria Administrativa e Institucional
011-9112-1111



(Fls. 5 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

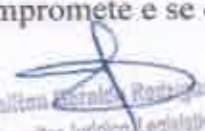



GRANDE, equivalente ao valor do crédito tributário, para ser aplicada na execução das obras de infraestruturas constantes do ajuste, ressaltando-se que, na remota hipótese de rejeição do precitado projeto de lei, o transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE** se compromete e se obriga a reconhecer o valor do seu crédito tributário como uma dívida com a **ENGEPAR**, correspondente à sua participação financeira na execução das infraestruturas de Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, e, em decorrência disso, efetivará, administrativamente, a **COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA** entre crédito e débito, ficando ambos os transatores com as obrigações quitadas reciprocamente, tendo em vista a sobreposição do Interesse Público consubstanciado na efetiva implantação das infraestruturas no empreendimento Sítios do Lago, bem como a condição *sine qua non* da anistia tributária ou compensação tributária, conforme cada caso, para a efetiva implantação das infraestruturas aqui pactuadas, sendo que, no caso de inadimplemento pela transatora **ENGEPAR**, ou seja, constatado o descumprimento da implantação da infraestrutura do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação pública e das demais obrigações, os efeitos da anistia ou da compensação serão anulados, com a restauração e reativação do crédito tributário em favor do transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**;

IV – a declarar, por meio de decreto, o empreendimento Sítios do Lago como de utilidade pública em decorrência da situação peculiar e dos termos do presente ajuste, porém preservada a possibilidade prevista no inciso VI deste parágrafo;

V – a liberar os lotes caucionados que equivalem a 11 (onze) terrenos, conforme certidão atualizada das matrículas anexas, baixando-se os gravames no Cartório de Registro de Imóveis de Unai, desde que a transatora **ENGEPAR** promova a comercialização e alienação desses lotes e aplique o produto das vendas na execução das obras de infraestrutura do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública, prestando-se contas ao **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE E À AMPLA**, bem como para compensar o dispêndio de valores de outras fontes de receita utilizadas na execução da obra, assim como informando-se o juízo da causa; e

VI – a envidar os esforços para transformar em Condomínio o loteamento Sítios do Lago, após a efetiva implantação das infraestruturas aqui pactuadas, desde que observados os requisitos e preceitos legais, notadamente os previstos na Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e na legislação municipal.

Parágrafo terceiro. A transatora **AMPLA**, por seu turno, a título de colaboração para alcançar a transação, se compromete e se obriga a articular-se com os


Daltan Estrela Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo da Governança e
Assuntos Administrativos e Institucionais
OAB/MG 112.215

(Fls. 6 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

moradores dos Sítios do Lago para que os mesmos promovam, cada um arcando com os custos, a aquisição de hidrômetros na forma detalhada no inciso I do parágrafo 2º desta Cláusula, bem como para que eventuais contribuintes inadimplentes, do empreendimento, busquem acertar as contas com o Fisco Municipal, observadas as condições fixadas em lei municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS INFRAESTUTURAS

Parágrafo único. Como medida de apoio e tendo em vista o objetivo maior da transação, que se consubstancia na efetiva implantação das infraestruturas relevantes, como o Sistema de Energia Elétrica, Iluminação Pública e Abastecimento de Água, a **AMPLA** concorda que o atual sistema de fossas sépticas individuais atende aos moradores, não sendo necessária a implantação de Rede Coletora de Esgoto e de Estação Elevatória, bem como concorda que são dispensáveis o Sistema de Drenagem Urbana, com manejo de águas pluviais, e as guias e sarjetas, devendo as estradas abertas e dotadas com cascalho laterítico ou similar serem mantidas e conservadas por meio de intervenções viárias a serem empreendidas pelo **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, sem prejuízo de o transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE** diligenciar-se no sentido de buscar recursos federais e estaduais para execução de obra de pavimentação asfáltica das ruas do empreendimento, cuja economia derivada da implantação dessa infraestrutura propiciará à transatora **ENGEPAR** melhores condições financeiras para implantação das infraestruturas do Sistema de Energia Elétrica e Iluminação Pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Parágrafo único. No caso de paralisação ou suspensão das obras de implantação de infraestruturas sob responsabilidade da **ENGEPAR**, em decorrência de casos fortuitos, força maior ou atos do Poder Público, os prazos estabelecidos neste ajuste serão prorrogados pelo mesmo tempo da paralisação ou suspensão, mediante anuência dos transatores, o que se aplica, também, aos prazos fixados para os demais transatores.

CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo primeiro. Assinado o acordo, em ato contínuo, os transatores deverão aforar e protocolizar petição judicial vindicando a homologação do presente ajuste, o que far-se-á conjunta ou individualmente.



Dalila Cordeiro Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativa de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
OAB/RS 118.215



(Fls. 7 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

Parágrafo segundo. Os transatores declaram que o presente acordo exprime a mais pura manifestação de suas vontades, livres de qualquer tipo de coação ou dolo, exarando de pleno e total assentimento em todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se pelo respeito e fiel cumprimento de todo o que fora pactuado.

Parágrafo terceiro. Esta transação não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão público, inclusive ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas prerrogativas legais ou regulamentares.

Parágrafo quarto. O presente acordo somente poderá ser eficazmente editado, alterado, retificado, emendado ou ratificado por meio de outro documento ou adendo formalmente escrito, preparado e assinado pelos transatores com este propósito específico. A eventual tolerância de qualquer dos transatores com relação ao fiel cumprimento das obrigações contratuais a cargo de outra, não ensejará eventual modificação nos direitos e obrigações ora pactuados, nem descaracterizará a mora dos eventuais infratores.

Parágrafo quinto. Acordam os transatores que os honorários advocatícios serão de responsabilidade de cada parte na proporção dos correspondentes ajustes particulares, porém as eventuais custas processuais e periciais devidas serão de responsabilidade de quem der causa ou requerer a perícia, aplicando-se, todavia, o disposto no artigo 90, parágrafo 3º, do NCPC.

Parágrafo sexto. Os termos e disposições constantes da presente transação serão devidamente publicados e divulgados, em atenção ao princípio constitucional da publicidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DAS AÇÕES

Parágrafo primeiro. Os transatores declaram neste ato a sua expressa anuência com a suspensão dos seguintes processos em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Unai, bem como a suspensão dos recursos judiciais a eles vinculados em trâmite no tribunal *ad quem* (TJMG):

I – Ação Civil Pública n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, tendo o Município de Cabeceira Grande como Autor, a AMPLA como litisconsorte ativo, e a ENGEPAR como Requerida, qualificando-se como processo vinculado essencialmente ao presente ajuste,



Daniel Sereno Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
11.115.348.7115



(Fls. 8 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

cujo requerimento de suspensão dar-se-á com a petição vindicando a homologação do acordo;

II – Ação Civil Pública PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704, tendo o Ministério Público do Estado de Minas Gerais como Autor, e o Município de Cabeceira Grande e a Engepar como Requeridos, sendo que, nesse caso, a suspensão será articulada perante o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, mediante ciência do presente acordo, sem prejuízo de os Requeridos Município de Cabeceira Grande e Engepar pugnam, por petição ao juízo, a suspensão ante a conexão com o ACP identificada no inciso I deste parágrafo e a perda superveniente do objeto e do interesse processual; e

III – Ação Ordinária PJ-e n.º 5000328-97.2018.8.13.0704, tendo vários moradores dos Sítios do Lago como Autores e o Município de Cabeceira Grande como Requerido, sendo que, nesse caso, o Requerido Município de Cabeceira Grande deverá pugnar, por petição ao juízo, a suspensão ante a conexão com a ACP identificada no inciso I deste parágrafo e a perda superveniente do objeto e do interesse processual.

Parágrafo Segundo. Havendo homologação judicial do acordo, a suspensão dos processos judiciais em questão implica na suspensão das multas diárias fixadas em decisões judiciais em desfavor da transatora **ENGEPAR** em face de descumprimento das precitadas decisões, que serão extintas se cumpridas as obrigações previstas na presente transação na forma do disposto no parágrafo terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro. Cumpridas as obrigações previstas no presente acordo extrajudicial, notadamente a implantação dos Sistemas de Energia Elétrica, Iluminação Pública e Abastecimento de Água, os transatores se obrigam a pugnar pela extinção dos processos judiciais acima especificados, para os efeitos do disposto no artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Novo Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUITAÇÃO

Parágrafo único. Ocorrendo o pleno cumprimento das obrigações pactuadas e adimplemento das disposições do presente acordo, cada transator dará ao outro plena, rasa, irrevogável, irrevogável e irrestrita quitação das correspondentes obrigações, inclusive renunciam os transatores **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE E AMPLA** quaisquer valores oriundos de execução de multas por descumprimento de decisão judicial pela ENGEPAR, danos morais individuais e coletivos, não havendo cabimento, em razão do acordo e de seu eventual cumprimento, de honorários advocatícios sucumbenciais.

Unilton Carlos Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legatário do Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
03/0005 118.715



(Fls. 9 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

Renunciam, ainda, todos os transatores, à propositura de eventuais ações de qualquer natureza decorrentes da relação jurídica e processual objeto do presente termo, seja em juízo ou fora dele, alcançando a renúncia a qualquer recurso, bem como ao prazo de recurso contra a decisão que homologar o presente acordo de forma a produzir seus efeitos tão logo seja publicada.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESCUMPRIMENTO: MULTA E TÍTULO EXECUTIVO

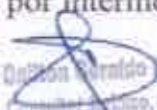
Parágrafo primeiro. Caso ocorra descumprimento de qualquer cláusula aqui pactuada, será cobrada multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor acordado objeto do descumprimento/inadimplido, bem como as correções legais serão aplicadas a partir da data de protocolização da petição judicial vindicando a homologação do presente acordo, bem como multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), limitada ao máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo, no entanto, da cobrança das multas fixadas em decisões judiciais e execuções judiciais, com as correções legais, havendo-se, nesse caso, a rescisão do ajuste e a retomada, de estilo, dos processos judiciais mediante petição informando-se o descumprimento, a revogação da suspensão dos processos e do próprio acordo, sem prejuízo de perdas e danos diretos comprovadamente incorridos pelo respectivo transator em decorrência do inadimplemento.

Parágrafo segundo. Os transatores responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes do descumprimento das obrigações pactuadas no presente termo, com a devida obrigação de indenizar, na forma da lei.

Parágrafo terceiro. Os transatores declaram-se cientes de que o presente acordo constitui título executivo extrajudicial, podendo ser executado no caso de descumprimento, nos termos do disposto no artigo 784, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil, entendido que a imposição da multa prevista no Parágrafo primeiro desta Cláusula não impedirá o ajuizamento de ações ou execução que se mostrarem cabíveis e necessárias.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA TRANSAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA

Parágrafo único. A Fazenda Pública, aqui representada pelo transator **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, por intermédio do seu órgão jurídico, está


Dalton Almeida Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
CAB/ING 110.215



(Fls. 10 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

autorizada a transacionar e conciliar com base na Lei Municipal n.º 426, de 15 de abril de 2014, restando plenamente atendido o Interesse Público consubstanciado na preservação e consecução dos efeitos perseguidos na ação civil pública, objeto da transação, sobretudo o interesse dos moradores e proprietários de imóveis nos Sítios do Lago na efetiva implantação das infraestruturas básicas e legais no parcelamento, cujo interesse público será corroborado em manifestação do Ministério Público e homologação, pelo juiz, da presente transação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Parágrafo único. O presente termo vigorará a partir da presente data e permanecerá em vigor até a liquidação efetiva e integral das obrigações pactuadas e negócios jurídicos aqui previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEI DE REGÊNCIA E FORO

Parágrafo primeiro. O presente termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e do Município de Cabeceira Grande.

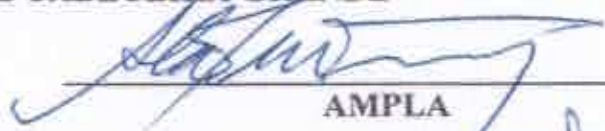
Parágrafo segundo. Elegem os transatores o Foro da Comarca de Unai como único competente para dirimir quaisquer dúvidas porventura supervenientes à assinatura do presente termo, com afetação atinente à Segunda Vara Cível da Comarca de Unai, onde tramitam os três processos judiciais vinculados ou conexos ao presente ajuste.


E, por estarem assim justos e acordes, assinam os transatores o presente Termo/Transação em 3 (três) vias de igual forma e teor, para os fins de direito, consistindo o mesmo em Título Executivo Extrajudicial na forma do disposto no artigo 784, inciso IV, do Novo Código de Processo Civil, podendo a execução ser aforada, em conjunto ou separadamente, pelos transatores prejudicados.

Cabeceira Grande, 8 de julho de 2019.


MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE


ENGEPAR


AMPLA

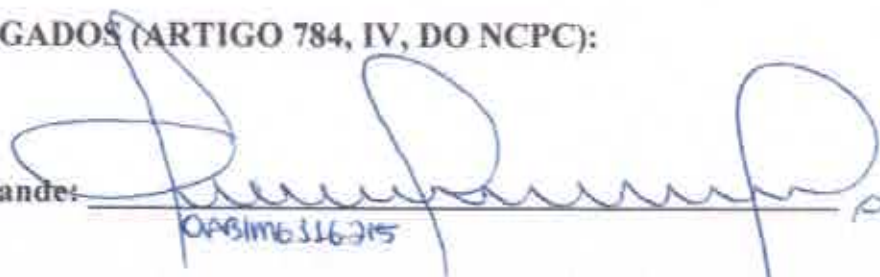

Doutor Carlos Roberto Gonçalves
Conselheiro Jurídico, Legislativo do Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
111 111 111



(Fls. 11 do Termo de Acordo Extrajudicial/Transação de 8/7/2019)

REFERENDA DOS ADVOGADOS (ARTIGO 784, IV, DO NCPC):

Município de Cabeceira Grande:


OAB/MG 116.215



Engenheiro:

 OAB/MG 115.637

Ampla:



TESTEMUNHAS:

Wellton Sordido Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assessoria Administrativa e Institucional
OAB/MG 116.215








**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Autos n.º 0030992-70.2016.8.13.0704

2ª Vara Cível - 001694 ID: 100171 14/05/20

MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, representado pelo seu Prefeito **ODILON DE OLIVEIRA E SILVA**, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vem, por meio de seu advogado e procurador subscrito *in fine*, com o acatamento e o respeito devidos, à douta presença de Vossa Excelência, para requerer, com supedâneo no disposto no artigo 487, inciso III, alínea "b" do Novo Código de Processo Civil, a **homologação do anexo Acordo Extrajudicial/Transação**, celebrado, em 8 de julho de 2019, entre os transatores **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e AMPLA**, e, com isso, nesse primeiro momento, requer-se, em corolário, a suspensão do processo judicial em epígrafe, até o efetivo cumprimento das obrigações e termos pactuados constantes do precitado ajuste, quando aviaremos nova petição, ocorrendo esse pleno adimplemento e cumprimento, informando-se o juízo e pugnando, então, pela extinção do feito; não havendo o cumprimento do acordo, esse Juízo será informado para todos os efeitos, inclusive aqueles previstos no próprio termo de transação e na lei, com prosseguimento da ação e de seus efeitos, com medidas executórias, aplicação de multa dentre outras sanções aplicáveis à espécie.


Odilon Geraldo Rodrigues Gonçalves
Consultor Jurídico, Legislativo de Governo e
Assuntos Administrativos e Institucionais
OAB/MG 118.715



Requer-se, ainda, a suspensão dos processos conexos (Autos PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704 e Autos PJ-e n.º 5000328-97.2018.8.13.0704), sendo certo que já aviamos petição eletrônica nesses feitos ante a perda superveniente do objeto e do interesse processual das ações propostas, conforme comprovantes em anexo.

Requer-se, também, a intimação do douto representante do Ministério Público para emissão de parecer acerca da presente transação, para os efeitos legais e jurídicos.

Termos em que,
Pede deferimento.

JUSTIÇA!

Cabeceira Grande (MG), 10 de julho de 2019.

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e
Institucionais da Prefeitura de Cabeceira Grande
(equivalente a Procurador Geral do Município)
OAB/MG n.º 116.215



10/07/2019

Número: 5000328-97.2018.8.13.0704

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: 2ª Vara Cível da Comarca de Unai

Última distribuição : 28/02/2018

Valor da causa: R\$ 10.000,00

Assuntos: **Propriedade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GENELIDES OLIVEIRA DE MELO (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
EVA PEREIRA LIMA (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
JOSE WALTER BEZERRA (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
MARIA DA CRUZ DA MATA CASTRO (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
APARECIDO MOREIRA SOARES (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
DIVINO CAETANO (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
MARIA DE FATIMA MOREIRA SILVA (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
JOSE FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
JOSE ALVES RODRIGUES (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
MARIA APARECIDA GONCALVES (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
IVANILDO FREIRE DA SILVA (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
JAMES ALEN OLIVEIRA CEZARIO (AUTOR)		ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE CABECEIRA GRANDE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75414-193	10/07/2019 08:10	petição homologação de acordo Engepar MCG Ampla3	Petição



MUNICÍPIO DE
Cabeceira Grande
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Autos PJ-e n.º 5000328-97.2018.8.13.0704

MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, representado pelo seu Prefeito **ODILON DE OLIVEIRA E SILVA**, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vem, por meio de seu advogado e procurador subscrito *in fine*, com o acatamento e o respeito devidos, à douta presença de Vossa Excelência, para requerer, com supedâneo no disposto no artigo 487, inciso III, alínea "b" do Novo Código de Processo Civil, a **homologação do anexo Acordo Extrajudicial/Transação**, celebrado, em 8 de julho de 2019, entre os transatores **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e AMPLA**, e, com isso, nesse primeiro momento, requer-se, em corolário, a suspensão do processo judicial em epígrafe por perda superveniente do objeto ou do interesse processual da ação proposta e por conexão com os Autos n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, até o efetivo cumprimento das obrigações e termos pactuados constantes do precitado ajuste, quando aviaremos nova petição, ocorrendo esse pleno adimplemento e cumprimento, informando-se o juízo e pugnando, então, pela extinção do feito; não havendo o cumprimento do acordo, esse Juízo será informado para todos os efeitos, inclusive aqueles previstos no próprio termo de transação e na lei, com prosseguimento da ação e de seus efeitos, com medidas executórias, aplicação de multa dentre outras sanções aplicáveis à espécie.

PEC ASSINADA ELETRONICAMENTE

Praça São José s/n, Centro - CEP 38625-000 - Cabeceira Grande (MG) | (38) 3677-8040 | www.pmcg.mg.gov.br
E-mail: juridico@pmcg.mg.gov.br | dailtoncabeceiragrande@yahoo.com.br



Assinado eletronicamente por: DAILTON GERALDO RODRIGUES GONCALVES - 10/07/2019 08:10:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.aspx?x=19071008103816300000074104182>
Número do documento: 19071008103816300000074104182

Num. 75414193 - Pág. 1



PREFEITURA DE
CABECEIRA



MUNICÍPIO DE
Cabeceira Grande
ESTADO DE MINAS GERAIS

DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Requer-se, também, a intimação do douto representante do Ministério Público para emissão de parecer acerca da presente transação, para os efeitos legais e jurídicos.

Termos em que,
Pede deferimento,

JUSTIÇA!

Cabeceira Grande (MG), 10 de julho de 2019.

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES

Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e
Institucionais da Prefeitura de Cabeceira Grande
(equivalente a Procurador Geral do Município)
OAB/MG n.º 116.215

PEÇA ASSINADA ELETRONICAMENTE

Praça São José s/n, Centro - CEP 38625-000 - Cabeceira Grande (MG) | (38) 3677-8040 | www.pmcg.mg.gov.br
E-mail: juridico@pmcg.mg.gov.br | dailtoncabeceiragrande@yahoo.com.br



Praça São José s/n, Centro, em Cabeceira Grande (MG) - CEP.: 38625-000

Assinado eletronicamente por: DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
PABX: (38) 3677-8040 / 3677-8044 / 3677-8077
<http://www.pmcg.mg.gov.br> e-mail: gabin@pmcg.mg.gov.br
Número do documento: 19071008103816300000074104162

Num. 75414193 - Pág. 2



10/07/2019

Número: **5001738-93.2018.8.13.0704**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Unai**

Última distribuição : **10/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.000.000,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Ambiental**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Ministério Público - MPMG (AUTOR)			
ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (RÉU)		OLIVIA GUIMARAES RIBEIRO (ADVOGADO) VICTOR SILVA MARTINS (ADVOGADO) OSMAR BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) ORLANDO DOMINGOS RODRIGUES (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE CABECEIRA GRANDE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75411 634	10/07/2019 08:05	petição homologação de acordo Engepar MCG Ampla2	Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE UNAÍ - ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Autos PJ-e n.º 5001738-93.2018.8.13.0704

MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, representado pelo seu Prefeito **ODILON DE OLIVEIRA E SILVA**, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vem, por meio de seu advogado e procurador subscrito *in fine*, com o acatamento e o respeito devidos, à douta presença de Vossa Excelência, para requerer, com supedâneo no disposto no artigo 487, inciso III, alínea "b" do Novo Código de Processo Civil, a **homologação do anexo Acordo Extrajudicial/Transação**, celebrado, em 8 de julho de 2019, entre os transatores **MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE, ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e AMPLA**, e, com isso, nesse primeiro momento, requer-se, em corolário, a suspensão do processo judicial em epígrafe por perda superveniente do objeto ou do interesse processual da ação proposta e por conexão com os Autos n.º 0030992-70.2016.8.13.0704, até o efetivo cumprimento das obrigações e termos pactuados constantes do precitado ajuste, quando aviaremos nova petição, ocorrendo esse pleno adimplemento e cumprimento, informando-se o juízo e pugnando, então, pela extinção do feito; não havendo o cumprimento do acordo, esse juízo será informado para todos os efeitos, inclusive aqueles previstos no próprio termo de transação e na lei, com prosseguimento da ação e de seus efeitos, com medidas executórias, aplicação de multa dentre outras sanções aplicáveis à espécie.

FECA ASSINADA ELETRONICAMENTE

Prça São José s/n, Centro - CEP 38625-000 - Cabeceira Grande (MG) | (38) 3677-8040 | www.pmcg.mg.gov.br
E-mail: juridico@pmcg.mg.gov.br | dailtoncabeceiragrande@yahoo.com.br





MUNICÍPIO DE
Cabeceira Grande
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Requer-se, também, a intimação do douto representante do Ministério Público para emissão de parecer acerca da presente transação, para os efeitos legais e jurídicos.

Termos em que,
Pede deferimento.

JUSTIÇA!

Cabeceira Grande (MG), 10 de julho de 2019.

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e
Institucionais da Prefeitura de Cabeceira Grande
(equivalente a Procurador Geral do Município)
OAB/MG n.º 116.215

PEÇA ASSINADA ELETRONICAMENTE

Praça São José s/n, Centro - CEP 38625-000 - Cabeceira Grande (MG) | (38) 3677-8040 | www.pmcg.mg.gov.br
E-mail: juridico@pmcg.mg.gov.br | dailtoncabeceiragrande@yahoo.com.br



Assinado eletronicamente por: DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES - 10/07/2019 08:05:57
<http://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071058055703400000074101603>
Número do documento: 19071008055703400000074101603

Num. 75411634 - Pág. 2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

MM. Juiz,

O acordo celebrado entre os Réus, com participação da própria Associação dos Moradores e Proprietários no Sítios do Lago - AMPLA, embora tenha previsto algumas obrigações que, é verdade, oneram os cofres públicos do Município de Cabeceira Grande/MG (p.e.: Caput do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, seus incisos II, III), e outras que representam um certo robaixamento na qualidade do empreendimento (p.e.: Parágrafo Único da Cláusula Terceira), por outro lado contempla concessões positivas de todas as partes. Vejo que o objetivo comum de todos é garantir a viabilidade e sobrevida do empreendimento (até então) clandestino e, a rigor, o próprio incremento na qualidade de vida dos respectivos moradores - cujo órgão representativo também fez concessões e reivindicações importantes na avença.

O próprio conceito de transação exige concessões mútuas de todas as partes, a fim de se alcançar um bem comum.

Vejo, por outro lado, que as concessões realizadas pelo Município de Cabeceira Grande/MG, a par de violarem o interesse público secundário (aquele puramente patrimonial), significam uma franca tentativa de concretizar o interesse público primário (que é a regularização fundiária, a titulação e a qualidade de vida dos moradores do empreendimento). A meu ver, não há ilicitude nas cláusulas do acordo.

Quanto à preocupante questão ambiental do empreendimento, entendo salutar a redação do inciso IV do Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, ao prever a obrigação de a ENGEPAR conseguir o Licenciamento Ambiental e, se necessário (*rectius*: com certeza será necessário!), a execução de PRAD para recuperação de todos os danos ambientais verificados no empreendimento.

Por esses motivos, e visando sempre e primordialmente ao interesse público primário difundido entre os habitantes do empreendimento, o Ministério Público, por ora, concorda com o pedido de suspensão desta ação, por pelo menos 120 (cento e vinte dias), conforme pedido no inciso II, do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Sexta do acordo,





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
64ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

sobretudo considerando a franca possibilidade de, futuramente, haver perda superveniente de objeto de todos ou de vários pedidos formulados nesta Ação, caso as obrigações previstas no acordo venham a ser inequivocamente cumpridas à exaustão pelas partes envolvidas.

UNAI, 19 de Julho de 2019

Stefano Naves Boglione
Promotor de Justiça





22/07/2019

Número: **5001738-93.2018.8.13.0704**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Unaí**

Última distribuição : **10/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.000.000,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Ambiental**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Ministério Público - MPMG (AUTOR)			
ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (RÉU)		OLIVIA GUIMARAES RIBEIRO (ADVOGADO) VICTOR SILVA MARTINS (ADVOGADO) OSMAR BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) ORLANDO DOMINGOS RODRIGUES (ADVOGADO)	
MUNICIPIO DE CABECEIRA GRANDE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76645420	19/07/2019 10:59	<u>MPMG-OUTRAS MANIFESTAÇÕES</u>	Manifestação da Promotoria